

Educação Ambiental em Comunidades Tradicionais Rurais da Região Sul do Rio Grande do Sul

 Ottoni Marques Moura de Leon¹,  Karine Ferreira Sanchez²,  Maiara Moraes Costa³,  Diuliana Leandro⁴,
 Larissa Medianeira Bolzan⁵,  Fábio Andre Mayer⁶

¹ Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Centro de Desenvolvimento e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos. Rua Gomes Carneiro, 01 Andar térreo, bloco B, Sala 122, Bairro Centro. Pelotas - RS, Brasil. ² Rede Municipal de Ensino do Rio Grande. ^{3, 4, 5} Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Centro de Engenharias, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. ⁶ Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA.

Autor para correspondência/Author for correspondence: ottonibaixo@gmail.com

RESUMO. O presente estudo trata de averiguar se o projeto “Morando Bem no Quilombo”, financiado pela Caixa Federal, executado pelo Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), que ocorreu nos anos de 2018 e 2019, possui os preceitos da educação ambiental e promoveu soluções sustentáveis. O trabalho teve como objetivo identificar a existência da educação ambiental no âmbito do projeto “Morando Bem no Quilombo”. Para atingir os objetivos do presente trabalho a metodologia utilizada se deu através da realização de reuniões e rodas de conversa com a comunidade, o que permitiu informar sobre o processo de execução do projeto “Morando Bem no Quilombo”. A pesquisa teve como resultado que o projeto em questão promoveu discussão sobre a sua proximidade com o campo da educação ambiental. Foi possível chegar à conclusão de que o projeto contemplou os princípios de uma educação ambiental libertadora, pois buscou gerar conhecimento, sustentabilidade, autonomia e empoderamento.

Palavras-chave: agroecologia, sustentabilidade, comunidades quilombolas, segurança alimentar, segurança hídrica.

Environmental Education in Rural Quilombos in the Southern Region of Rio Grande do Sul

ABSTRACT. The present study aims to ascertain whether the "Morando Bem no Quilombo" project, funded by Caixa Federal and implemented by the Center for Support and Promotion of Agroecology (CAPA) in 2018 and 2019, aligns with the precepts of environmental education and fosters sustainable solutions. The objective of this research was to identify the presence of environmental education within the "Morando Bem no Quilombo" project. To achieve this goal, the methodology involved conducting meetings and organizing conversation circles with the community, providing insights into the execution process of the Morando Bem no Quilombo project. The research results indicate that the project sparked discussions regarding its alignment with the field of environmental education. It can be concluded that the project embraced the principles of liberating environmental education by aiming to generate knowledge, sustainability, autonomy, and empowerment.

Keywords: agroecology, sustainability, traditional rural communities, food security, water security.

Educación Ambiental en Quilombos Rurales de la Región Sur de Rio Grande do Sul

RESUMEN. El presente estudio tiene como objetivo determinar si el proyecto "Morando Bem no Quilombo", financiado por Caixa Federal y ejecutado por el Centro de Apoyo y Promoción de la Agroecología (CAPA) en 2018 y 2019, cumple con los preceptos de la educación ambiental y promueve soluciones sostenibles. El propósito de este trabajo fue identificar la existencia de educación ambiental en el corazón del proyecto "Morando Bem no Quilombo". Para lograr los objetivos de este trabajo, la metodología utilizada consistió en llevar a cabo reuniones y círculos de conversación con la comunidad, lo que permitió informar sobre el proceso de ejecución del proyecto. Los resultados de la investigación indican que el proyecto estimuló discusiones sobre su alineación con el campo de la educación ambiental. Se pudo concluir que el proyecto abrazó los principios de una educación ambiental liberadora, ya que buscó generar conocimiento, sostenibilidad, autonomía y empoderamiento.

Palabras clave: agroecología, sostenibilidad, comunidades quilombolas, seguridad alimentaria, seguridad hídrica.

Introdução

A promoção da educação ambiental está diretamente ligada à melhoria da qualidade de vida. Não existe qualidade de vida sem ambiente saudável, visto que a qualidade ambiental pode afetar diretamente a saúde humana em vários níveis. Essa necessidade da ampla difusão da educação ambiental em vários espaços está diretamente ligada a alguns fatores históricos da humanidade, que buscaram a tomada de consciência ambiental para manutenção da espécie humana com qualidade de vida com o equilíbrio do meio ambiente.

Na década de 1940 houve, por parte da comunidade científica, a constatação da existência de uma crise ambiental, e nas décadas de 1960 e 1970 ocorreram alguns eventos de importância global que coloram em pauta a crise ambiental (Ventura & Sousa, 2010). Essa agenda política mundial fez com que as questões ambientais passassem a ser uma preocupação não apenas de um pequeno número de militantes, mas sim da população de maneira geral (Reigota, 2017).

Para Trein (2012), estão intimamente ligados à ascensão do capitalismo a mercantilização do trabalho humano e dos recursos naturais. A mercantilização dos recursos naturais e do trabalho humano atinge as comunidades tradicionais rurais principalmente colocando-os às margens do agronegócio tradicional, logo, existe a necessidade de gerar condições para essas comunidades exercerem suas atividades com qualidade de vida e responsabilidade ambiental. Para atingir tal objetivo a promoção da educação ambiental é imprescindível. A educação ambiental é efetivada através de um processo contínuo que envolve a busca por soluções sustentáveis (Dias & De Oliveira Dias, 2003).

No Brasil, conforme o Programa Nacional de Educação Ambiental - PNEA (Brasil, 2005), a educação ambiental deve ser promovida de maneira transdisciplinar. A transdisciplinaridade faz com que a educação ambiental seja promovida de forma complexa, abrangente e inclusiva, tais características acabam contribuindo para que projetos que não possuem como escopo a educação ambiental possam também promover a educação ambiental.

Nessa pesquisa buscou-se analisar a existência e a eficiência de projetos que atendessem comunidades tradicionais na região Sul do Rio Grande Sul para promoção da educação ambiental. Nesse sentido encontrou-se o projeto “Morando Bem no Quilombo”, idealizado e executado entre os anos de 2018 e 2019 pelo núcleo de Pelotas da fundação Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) e financiado pela Caixa Econômica Federal. A fundação CAPA iniciou suas atividades no ano de 1979 possuindo como principal objetivo

promover a agricultura orgânica e familiar (CAPA, 2020); de forma a desenvolver ações socioambientais. Loch, Salzer e Nardi (2018) fazem uma relação entre o início da instituição com os movimentos mundiais, em direção da busca de um ambiente mais sustentável, ocorridos na década de 1970.

A fundação CAPA é uma fundação filiada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana, e possui por missão promover a agroecologia em conjunto com a agricultura familiar, e por consequência, promover a saúde humana, social e ambiental (CAPA, 2020). O CAPA está presente nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, e os núcleos atendem suas cidades sedes e cidades vizinhas. E possui um importante papel na promoção da agroecologia, sustentabilidade e do acesso às políticas públicas entre as comunidades tradicionais rurais e as comunidades de produtores rurais familiares da região sul do Rio Grande do Sul.

Enfatiza-se que no sul do estado do Rio Grande do Sul existem muitos Quilombos que trabalham com produção rural de alimentos, destinada à subsistência e também para comercialização. Nos últimos anos alguns projetos de cunho agrícola e social foram executados junto a essas comunidades pelo CAPA, entre eles o projeto “Morando Bem no Quilombo”. Esse projeto teve como objetivo promover a segurança alimentar, hídrica, reforçar vivências culturais e o protagonismo feminino em quatro Quilombos da região sul do estado do Rio Grande do Sul. Intentando promover essas pautas que promovem educação ambiental multidisciplinar. Visto que a educação, de qualquer natureza, é completa quando gera autonomia, quando possibilita ao indivíduo tomar decisões importantes tendo por base seus próprios critérios, gerando capacidade crítica (Reigota, 1995). Neste contexto, a educação ambiental crítica não deve separar cultura e natureza, ciência e filosofia dominante, ela deve possuir a capacidade de autocrítica, reconhecer erros, inseguranças e incertezas são características de um processo de transformação da realidade e constituição do sujeito (Loureiro, 2007).

Ainda nesse contexto, deve lembrar que a educação ambiental crítica deve fomentar a autocrítica, fazendo com que as pessoas não sejam problematizadoras, mas sim uma fonte de solução, que se inicia analisando os próprios atos (Loureiro, 2007). É muito importante que a vida humana seja sustentável de maneira complexa, envolvendo todas as suas partes, pois como citado por Loureiro (2007) não deve existir separação entre natureza e cultura; e a educação ambiental crítica exige um trânsito transdisciplinar e a compreensão de elementos micro e macro, em que seu trabalho pedagógico orientado pela sustentabilidade. Sato e

Carvalho (2009) apresentam sustentabilidade como um conceito que prioriza a vida, não só a vida humana, mas a vida em sua totalidade, através da promoção do equilíbrio.

O presente estudo levanta a hipótese de que o projeto “Morando Bem no Quilombo”, cujos principais objetivos foram gerar segurança hídrica, alimentar e promover o protagonismo feminino nos Quilombos da região sul do Rio Grande do Sul, possua as características fundamentais inerentes à promoção da educação ambiental e que essas ações de educação promovem melhoria de qualidade de vida dessas comunidades. O projeto foi financiado pelo Fundo Social da Caixa e realizado pelo núcleo do sul da fundação CAPA, e ocorreu em quatro Quilombos da região sul do estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2018 e 2019.

A pesquisa teve por objetivo principal identificar a existência da educação ambiental no âmbito do Projeto “Morando Bem no Quilombo”. A justificativa do estudo diz respeito à importância da multidisciplinaridade da educação ambiental, visto que esta pode estar contida em projetos que não a possuem como escopo principal. Neste contexto, está inserido o projeto “Morando Bem no Quilombo”, que possui como foco principal a promoção da segurança alimentar e hídrica para comunidades tradicionais rurais, onde a educação ambiental está atrelada ao projeto de maneira indireta. Este é um tema relevante por ressaltar a característica multidisciplinar da educação ambiental, e de como nela estão contidas diversos saberes, ações e disciplinas diferentes.

Metodologia

Para o desenvolvimento do presente estudo foi realizada uma análise exploratória qualitativa, com dados coletados por meio de uma revisão bibliográfica e documental. A pesquisa exploratória visa proporcionar maior conhecimento do problema a ser estudado, torná-lo mais explícito ou favorecer a construção de hipóteses. As pesquisas exploratórias são bastante abrangentes, mas geralmente consiste em pesquisa bibliográfica ou estudo de caso (Gil, 2002).

O estudo utilizou a revisão bibliográfica e documental como forma de coleta de dados. A obtenção dos dados permitiu caracterização das comunidades estudadas do projeto “Morando Bem no Quilombo”. Por meio desses dados coletados, foi possível acessar a metodologia e os resultados do projeto “Morando Bem no Quilombo”, compreender e discutir os resultados.

O estudo apresenta entre os seus tópicos: 1) Caracterização das áreas e das comunidades integrantes do projeto, onde é realizada a descrição das áreas nas quais o projeto foi executado, trazendo um breve relato sobre as comunidades. 2) Metodologia do Projeto Morando Bem no Quilombo, apresenta a estrutura de execução do projeto “Morando Bem no Quilombo”, etapa na qual são descritas brevemente as ações contidas no projeto. 3) Resultados e discussões onde são desenvolvidas as discussões acerca dos dados bem como colocadas as conexões das ações com a bibliografia pertinente. 4) Considerações sobre o Projeto Morando Bem no Quilombo, onde são desenvolvidas relações aprofundadas sobre o projeto e a educação ambiental. 5) considerações finais.

Caracterização das áreas e das comunidades integrantes do projeto

O projeto foi realizado em uma ação em conjunto que uniu a equipe do CAPA do núcleo da cidade de Pelotas e as comunidades quilombolas da região, e buscou respeitar todas as características culturais inerentes a essas comunidades. Os Quilombos possuem uma história de luta, entre essas lutas está também à luta pelo reconhecimento da sua existência. Miranda e Da Silva (2020), relatam que na Constituição Federal de 1988 os territórios dos Quilombos, rurais e urbanos, foram reconhecidos legalmente pela primeira vez. O Artigo 2 do decreto 4.887, do ano de 2003, traz a definição da identidade quilombola:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Art. 2, Decreto 4.887, do ano de 2003 (Brasil, 2003).

Os Quilombos são muito numerosos no Brasil, a Fundação Cultural Palmares (2021), afirma que existem 3.471 comunidades quilombolas distribuídas nas mais diversas regiões do Brasil, na somatória total das comunidades o número de habitantes ultrapassa a quantia de dois milhões. No estado Rio Grande do Sul, segundo os dados expostos pelo Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2020), as comunidades quilombolas totalizam o número de 146, cerca de 90% dessas são reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares.

O projeto “Morando Bem no Quilombo” foi realizado em quatro quilombos da região sul do estado do Rio Grande do Sul e sua ocorrência se deu nos dois semestres do ano de 2018 e de 2019. Os Quilombos que integraram o projeto foram: 1) O Quilombo do Algodão, que no ano de 2010 foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares e é atualmente

composto por mais de duzentas famílias (Schneider, 2016); 2) O Quilombo do Cerro das Velhas, localizado no município de Canguçu, com cerca de 45 famílias que integram a comunidade (Hearter, 2012); 3) O Quilombo do Monjolo, localizado no município de São Lourenço do Sul que é integrado por cerca de 25 famílias (CAPA, 2010); 4) O Quilombo do Tio Dô que fica localizado no município de Santana da Boa Vista e possui cerca de 40 famílias (CAPA, 2010).

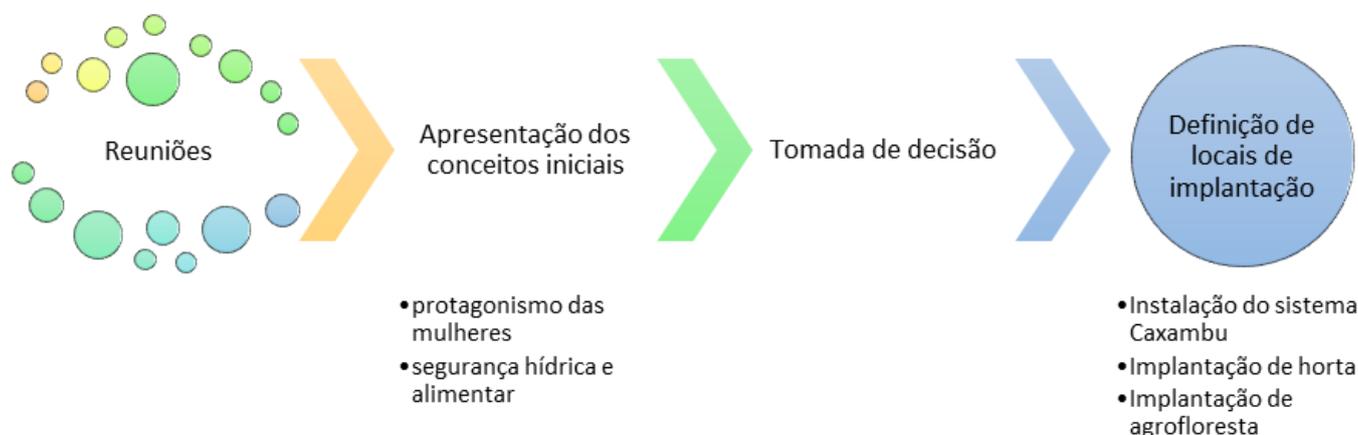
Os quatro Quilombos que integraram o projeto são localizados em áreas de difícil acesso, as famílias relatam que algumas crianças precisam caminhar cerca de dez quilômetros até chegar à parada de ônibus para esperar a condução escolar. São localidades distantes de centros urbanos e para acessá-los é necessário percorrer um caminho extenso de estrada de chão, fato que dificulta o deslocamento em dias ou períodos de chuva.

As famílias quilombolas que integraram o projeto possuem pequenas propriedades e vivem da produção local de alimentos, produzidos, basicamente, para subsistência sendo, sempre que possível comercializado o excedente. São comunidades marcadas pela agricultura familiar, porém existem integrantes das comunidades que para completarem a renda básica exercem outras atividades econômicas, como trabalhar em outras propriedades rurais ou em atividades ligadas à construção civil.

Metodologia do Projeto Morando Bem no Quilombo

O projeto “Morando Bem no Quilombo” foi idealizado pela Fundação Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), núcleo de Pelotas, e na sua execução houve a participação ativa dos integrantes das comunidades quilombolas. O projeto “Morando Bem no Quilombo” enfatizou a promoção da segurança hídrica, alimentar e o protagonismo feminino nos quilombos do Sul do Rio Grande do Sul com a participação ativa dos moradores e esses possuindo poder de decisão em todas as esferas do projeto. Durante a sua execução, na etapa das reuniões, foram promovidas atividades de educação ambiental não formal. Outra importante promoção proveniente do projeto, foi a segurança hídrica, propiciada através de construções de proteção de nascentes, o que possibilitou a canalização de água potável até as residências.

Figura 1 - Fluxograma das etapas das atividades desenvolvidas com a comunidade.



Fonte: Desenvolvido pelos autores, 2021.

O primeiro contato da equipe do CAPA com as comunidades quilombolas foi através de reuniões, nas quais houve: roda de conversa; apresentação das etapas do projeto; explicação sobre o protagonismo das mulheres frente ao projeto; apresentação das melhorias em relação à segurança hídrica e alimentar a serem implantadas. Esses contatos se estenderam ao longo dos dois anos de projeto. Nos primeiros meses de execução do projeto as reuniões eram mensais, nos meses seguintes elas se tornaram mais espaçadas, pois houve a necessidade de realizar visitas individuais.

Nesse primeiro contato foi reforçada a importância da sustentabilidade, durante as reuniões os técnicos abordaram essa temática, trazendo à superfície a relevância da agricultura orgânica. Também foram desenvolvidas atividades de educação ambiental não formal com a comunidade. Entre elas, a promoção de uma gincana com as crianças da comunidade, com atividades como: coletar o resíduo sólido, descartado de maneira indevida na área do Quilombo; roda de capoeira e brincadeiras, e roda de conversa onde foi posto em pauta as questões ambientais.

No segundo contato da equipe do CAPA com as comunidades, as reuniões, realizadas no formato de roda de conversa, tiveram o objetivo de iniciar a tomada de decisão; nas quais as comunidades puderam definir os locais onde os benefícios seriam implantados: as hortas, quintas, sistema de proteção de fontes e a agrofloresta.

Durante essas reuniões houve espaço para a comunidade, principalmente os anciões,

explicarem quais espécies de árvore ou arbustos eram mais importantes para a comunidade. Essa explicação era baseada na sabedoria local sobre segurança alimentar e medicina não convencional.

A equipe do CAPA realizou reuniões para entrega de mudas e sementes de árvores frutíferas para todas as famílias integrantes do projeto. Todos os benefícios recebidos de forma individual pelas famílias foram assinados pelas mulheres que as representavam. Houve também reuniões direcionadas para jovens e crianças, nas quais foram promovidas aulas de música, capoeira e gincanas ecológicas, nas quais as crianças tinham por propósito juntar os resíduos espalhados no entorno das sedes das comunidades.

Em relação ao Sistema de Proteção de Nascente Caxambu, foram construídas oito proteções de nascentes pelo projeto, sendo distribuídas duas em cada Quilombo. O Sistema de Proteção de Nascente Caxambu é de construção simples e necessita de insumos de baixo custo para a sua construção. Traz como benefício aumentar a segurança hídrica, fator de extrema importância para as comunidades rurais participantes do projeto, pois grande parte das famílias das comunidades em questão utilizavam águas oriundas de nascentes descobertas, estando expostas a diversas formas de contaminações diferentes, causando enfermidades aos que consomem a água contaminada. O Sistema de Proteção de Nascente Caxambu consiste no fechamento do local da nascente, onde o acesso à água seja feito através dos canos instalados no sistema de proteção, tal característica evita fontes de contaminações, principalmente as contaminações oriundas de dejetos animais.

Os integrantes da comunidade foram convocados pela equipe do CAPA para ajudar na implantação de todos os Sistemas de Proteção de Nascente Caxambu. Dessa forma, o conhecimento da construção e instalação ficou nas comunidades, passado através da explicação dos técnicos e da prática, na qual todos puderam participar na etapa de instalação do sistema.

Além da instalação, os técnicos responsáveis tiraram dúvidas das pessoas das comunidades e davam consultoria sobre outras situações relacionadas à segurança hídrica. Nesse momento, também houve a promoção da importância das espécies arbóreas nativas para a conservação das nascentes.

Durante todo o período da ocorrência do projeto foram realizadas visitas técnicas dos agrônomos que integram a equipe do CAPA às comunidades, que além de implantar a agrofloresta, horta e quintal, auxiliaram tecnicamente na produção agrícola de maneira geral. Fato que contribuiu com o sucesso do objetivo de promover a segurança alimentar nos

quilombos.

O projeto buscou, para além dos benefícios diretos, gerar conhecimento sobre segurança hídrica e alimentar para promover a sustentabilidade nas comunidades, buscando sempre melhorar a qualidade de vida. Outra abordagem presente no projeto “Morando Bem no Quilombo” foi a averiguação do acesso a políticas públicas que são de direito das comunidades.

Para marcar o término do projeto foi promovido um evento que reuniu as comunidades Quilombola da região em formato de “dia de campo”. No dia de campo houveram atividades divididas em três momentos: implantação e manejo de sistemas agroflorestais, desenvolvimento e importância da verme-compostagem (minhocário) e implantação e benefícios do Sistema de Proteção de Nascente Caxambu.

Resultados e Discussão

Kuhn (2022), verificou que a história do CAPA com as comunidades quilombolas da região sul do estado do Rio Grande do Sul já possui um tempo considerável e o projeto “Morando Bem no Quilombo” foi uma continuação de projetos anteriores. Sendo que o projeto analisado atendeu ao todo 103 famílias quilombolas integrantes de quatro quilombos diferentes (CAPA, 2020).

Constatou-se que durante as realizações das reuniões as mulheres tiveram papel de protagonistas no projeto, dado que todo o benefício recebido pelas famílias era de responsabilidade da mulher da casa, fato que colocou as mulheres da comunidade em evidência (Kuhn, 2022). Outro importante fato, foi a promoção de atividade de educação ambiental não formal no formato de gincana e roda de conversa, junto as crianças da comunidade, buscando promover o pensamento crítico frente as temáticas ambientais. A roda de conversa é uma metodologia utilizada onde o pesquisador é o sujeito da pesquisa e ao mesmo tempo produz dados para a discussão. Nesse contexto, a roda de conversa permite que o pesquisador compartilhe as experiências e reflexões sobre as práticas educativas realizadas entre os participantes do projeto (Moura & Lima, 2014). É uma forma dinâmica e integradora de promover a educação ambiental, Sousa e Machado (2018) fazem a observação de que a educação no campo é dependente de uma dinâmica em constante movimento e não de fórmulas teóricas estáticas.

Percebeu-se que a equipe desenvolvedora do projeto buscou em todas as reuniões ocorridas ressaltar o protagonismo feminino, tendo em vista o destaque das mulheres nas

reuniões. A construção coletiva do empoderamento feminino soma para o coletivo e para o individual:

O recurso a essas estratégias coletivas, o respeito à diversidade das mulheres e o sucesso alcançado pelas estratégias construídas com base no cotidiano das mulheres são dimensões alinhadas à noção de suporte e de constituição de um processo de empoderamento solidário, ao mesmo tempo que singular (Marinho & Gonçalves, 2016).

Nas reuniões ocorridas nos Quilombos sempre houve o intuito de troca de informação, para que as demandas existentes nas comunidades fossem escutadas e também para que os saberes contidos nelas se propagassem. As reuniões buscaram privilegiar a troca de conhecimento, que para Freire (2007), pode libertar e gerar o pensamento crítico. Essa troca é de extrema importância, pois as comunidades rurais atendidas costumam ser desprivilegiadas em relação ao acesso a políticas públicas por falta de interesse do estado e, muitas vezes, por falta de conhecimento dos próprios integrantes que deixam de lutar pelos seus direitos por desconhecê-los.

Entre as demandas levantadas pelos técnicos do CAPA nas reuniões do projeto estão as políticas públicas. Alguns temas foram trazidos à tona para fomentar a discussão sobre políticas públicas, pois existem muitas políticas públicas direcionadas para as comunidades tradicionais. Vanderlinde (2014) relata que o conhecimento e o acesso a políticas públicas fazem com que as comunidades passem a ter mais consciência política e busquem, através do voto, zelar por seus interesses. Frente a essa questão, foram levantadas questões referentes a políticas de acesso a vagas em universidades, isenção de luz, auxílios oriundos do Governo Federal, entre outras políticas.

Entre os benefícios identificados com a concretização do projeto estão: a implantação de sistemas agroflorestais; a promoção da segurança hídrica, através da implantação do Sistema de Proteção de Nascentes Caxambu; a implantação de hortas e quintais; a distribuição de ferramentas agrícolas manuais, como carrinho de mão, pá e enxada; e a visita técnica de agrônomos com regularidade para auxiliar nas atividades agrícolas.

Ressalta-se que identificou o cuidado de oferecer apoio técnico para implantação das hortas e quintas, da agrofloresta e a visita mensal dos agrônomos do CAPA para a realização de consultorias agrícolas gerais. Na implantação das hortas algumas espécies foram focadas. Kuhn (2022) relata que as principais hortaliças produzidas foram: cebolinha, salsa, couve, chuchu, beterraba, alface, pepino, cenoura, batata-doce e abóbora. Além de promover a segurança alimentar direta da comunidade, a implantação das hortas possibilitou que estas

comunidades pudessem vender o excedente.

Vanderlinde (2014) afirma que a função exercida pela fundação CAPA transcende o apoio à agroecologia, pois a instituição leva conhecimento a comunidades rurais afastadas de regiões urbanas e isso faz com que estas comunidades se tornem mais sustentáveis na sua autossuficiência. Esse conhecimento levado pela instituição a comunidades afastadas de centros urbanos também gera acesso a políticas públicas, proporcionando benefícios individuais e coletivos, quando passam a ser de conhecimento das pessoas que compõem as comunidades. O acesso à educação, formal ou não formal, independente da faixa etária, como ressaltado por Moura Negromonte e Silva (2023) é um instrumento de extrema relevância, pois fortalece a comunidade para o enfrentamento das lutas sociais e é uma peça-chave para o acesso aos direitos fundamentais.

A transmissão e capacitação da comunidade em relação a políticas públicas e direitos, colabora no desenvolvimento de criticidade dos sujeitos envolvidos, fomentando que eles conheçam seus direitos e os meios pelos quais seriam acessíveis. Dessa forma a sustentabilidade desenvolvida aponta ambos os caminhos: o pragmático e o crítico.

A promoção da agroecologia, fato que por si só já dialoga com os princípios de uma educação ambiental libertadora e proporciona uma quebra de paradigmas, fornece alternativas às possibilidades tradicionais do mercado vinculadas à agricultura convencional. Em muitas localidades atendidas pelo CAPA, onde hoje se trabalha com agricultura livre de agrotóxicos, predominava anteriormente a agricultura convencional, como a produção de fumo.

Nesse contexto, de maneira indireta, o projeto analisado promoveu a educação ambiental multidisciplinar para todos os envolvidos no projeto, dado que estes tiveram acesso à informação de como produzir o próprio alimento, demonstrando como as comunidades tradicionais rurais podem ser autossuficientes e sustentáveis. Além disso, a instalação do Sistema de Proteção de Nascentes Caxambu também contribuiu para a educação ambiental libertadora, tendo em vista que os participantes da etapa de instalação do sistema tiveram acesso ao conhecimento de como preservar as nascentes que estão inseridas próximas das suas residências, bem como a garantia do acesso à água estabelecido em lei. Além de permitir o compartilhamento do saber, o que também os habilitou a comunidade para possíveis manutenções, dando-lhes autonomia e independência para gerir aquele ambiente após o Projeto.

Correntes acadêmicas sugerem que a educação ambiental deve ser trabalhada de forma multidisciplinar, contínua e integrada (Soares Neto, Feitosa & Cerqueira, 2019). O projeto

“Morando Bem no Quilombo” trabalhou de forma contínua promovendo a sustentabilidade por um período de 2 anos, e utilizou sempre rodas de conversa, nas quais todos os integrantes do projeto possuíam voz ativa sobre qualquer tema levantado. Tal fato, vai de acordo com o que Reigota (2002) estima como educação ambiental, onde afirma que a educação ambiental, e a educação de maneira geral, na atualidade devem trabalhar no sentido de instigar questionamentos com o meio ao qual estão inseridos e com os acontecimentos presentes e futuros e não dar respostas e conceitos prontos.

Esse processo gera mudanças na subjetividade dos indivíduos, fazendo com que eles rompam barreiras e busquem novos caminhos. O atual não é o que as pessoas são, mas sim no que elas vão se tornar (Deleuze, 1990).

O conhecimento levado para as comunidades tradicionais rurais através do projeto analisado não se extinguiu quando o projeto terminou e nem se manteve somente nas comunidades Quilombolas. Tal fato pode ser afirmado considerando que em momento posterior à execução do projeto “Morando Bem no Quilombo”, iniciou-se uma feira agroecológica, que possibilita a venda do excedente produzido nos Quilombos. Dessa forma, é evidente a perpetuação da educação ambiental, onde os moradores dos Quilombos aproveitam os recursos naturais disponíveis na região produzindo alimentos para a subsistência e comercializando o excedente, contribuindo com uma vida mais orgânica para os moradores da cidade de Pelotas/RS. Fato ressaltado na mídia da gestão pública regional através do Site do Governo do Estado do Rio Grande do Sul:

Através da organização do Quilombo do Algodão e com o apoio do CAPA e da Prefeitura de Pelotas, a comunidade do Quilombo do Algodão, localizado no interior de Pelotas, organizou uma feira agroecológica, que ocorre desde junho do ano de 2021, na Praça Coronel Pedro Osório no centro de Pelotas (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2021).

O projeto “Morando Bem no Quilombo” enfatizou a sustentabilidade por meio da promoção da segurança hídrica, alimentar e o protagonismo feminino nos quilombos do Sul do Rio Grande do Sul, do ponto de vista pragmático, tanto em autossuficiência de recursos hídricos e alimentares quanto em gerar fontes de renda sustentáveis, visando promover o sustento das comunidades gerando o mínimo de impacto ambiental, este objetivo propôs uma maior qualidade de vida para centenas de famílias. Outro fator importante é que o projeto buscou respeitar as escolhas da comunidade, ressaltando a importância do conhecimento tradicional.

Considerações sobre o Projeto Morando Bem no Quilombo

Através da análise realizada sobre o projeto “Morando Bem no Quilombo”, é possível afirmar que esse transcendeu seu objetivo principal, configurando-se também como um projeto de educação ambiental, que quebrou paradigmas e promoveu a sustentabilidade. A promoção da agroecologia associada à agricultura familiar é uma ação análoga à educação ambiental, pois promove a sustentabilidade através do uso saudável da terra e da promoção do alimento saudável. Nesse sentido, a sustentabilidade como conceito e ação, também foi um pilar para a realização do projeto.

O fato de ser um projeto dinâmico repleto de atividades voltadas para áreas de interesse das comunidades rurais tradicionais acabou gerando resultados extremamente positivos em diversos aspectos. A dinâmica e a diversidade contida no projeto geraram interesse por parte das comunidades, as comunidades participaram de forma massiva e intensa em todas as etapas do projeto, expondo grande interesse. Tal fato traz à tona o quanto as comunidades camponesas são sedentas pela educação não formal.

A possibilidade de comunidades Quilombolas possuírem segurança hídrica e segurança alimentar causou mudanças positivas e significativas na vida das pessoas beneficiadas. Considerando que estas são comunidades tradicionais rurais, em regiões afastadas de centros urbanos, e que não possuem coleta de resíduos sólidos, água encanada e outros atendimentos sanitários providos pelo estado são enquadradas como populações que necessitam integrarem projetos que promovam uma melhoria na qualidade de vida. Sendo assim, possuir horta, quintal e agrofloresta com produção suficiente para alimentação e ainda um excedente destinado para venda em feira é uma mudança significativa no cotidiano, levando maior qualidade para a vida dessas pessoas.

Outro importante ponto do projeto, que vai de acordo com a educação crítica e libertadora, foi a promoção do empoderamento feminino. O Brasil é um país com um grave problema em relação à violência contra a mulher, e nas comunidades tradicionais rurais, por vezes, tal problema se faz presente e não existe espécie alguma de auxílio ou assistência. Logo, é de extrema importância apoiar a geração de poder para essas mulheres, fomentando nos grupos e famílias que as mulheres têm voz e potência de ação e decisão, e que delas depende toda a família.

A internalização dessa “nova” cultura serve aos homens que devem intimidar-se em relação ao seu impulso agressivo e a um

hábito violento antiquado e machista, e também às mulheres que, culturalmente, aceitavam essa condição de vida, tanto por não saber de seus direitos, como se defender, como pedir ajuda, quanto por costume, numa tradição cruel, discriminatória e injusta que se perpetua por séculos, e que cada vez mais, não cabe na atualidade. Fato é que o papel funcional da mulher no contexto familiar sempre foi fundamental, ao medir as tarefas atribuídas ao feminino e à maternidade ao longo da história, é possível observar que é o cumprimento dessas demandas que realmente faz a manutenção da vida, e da civilização humana, desde o menor contexto doméstico até a continuidade das gerações. Portanto, o protagonismo feminino só é uma “novidade” na consideração social, pois na práxis do dia a dia, independente das conquistas femininas no mundo do trabalho e dos direitos, e agora, felizmente, somando-se a isso, as mulheres sempre foram essenciais à manutenção das famílias e da sociedade. Fato que confirma, ainda mais, a cegueira moral em que a sociedade global esteve inserida na cultura sexista em que sempre se viveu.

A criação de uma feira de produtos orgânicos de origem das comunidades quilombolas, organizada pela própria comunidade, com auxílio do poder público e fundação CAPA é um resultado positivo. Esse resultado mostra que a capacidade de tomar decisões importantes de forma crítica buscando mudar o futuro é presente nas comunidades.

Por consequência, conclui-se que o projeto promoveu a sustentabilidade, do ponto de vista pragmático, tanto em autossuficiência de recursos hídricos e alimentares quanto em gerar fontes de renda sustentáveis, visando promover o sustento das comunidades gerando o mínimo de impacto ambiental, este objetivo propôs uma maior qualidade de vida para centenas de famílias. Inferimos que os principais vínculos do projeto com a Educação Ambiental são os seguintes: Descentralização do patriarcado; Participação ativa de toda a comunidade, incluindo as crianças com ações e reflexões; Promoção de segurança hídrica e, por consequência alimentar de comunidades tradicionais; Ações efetivas de acesso a políticas públicas e direitos básicos de comunidades rurais; Promoção e fomento da agroecologia; Construção dos planejamentos e efetivação das ações levando em conta o diálogo entre os saberes locais tradicionais e o conhecimento científico acadêmico.

Considerações finais

Analisando através dos conceitos cunhados pelos autores Reigota, Sato e Loureiro, o projeto “Morando Bem no Quilombo” possuiu na sua execução e nos seus resultados características inerentes à educação ambiental. Os principais pontos atingidos pelo projeto

foram a promoção da sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida nos Quilombos. Além dos resultados práticos concretos atingidos através do projeto, a fundação CAPA fomenta a criticidade das pessoas inseridas em seus processos, fazendo com que essas comunidades rurais tradicionais afirmem a sua identidade e independência.

O projeto Morando Bem no Quilombo é um exemplo de modelo que pode ser replicado em outras regiões rurais, contribuindo para a promoção da educação ambiental, contida no âmago dos seus fundamentos. Por se tratar de um projeto com diversas dinâmicas e acesso diferentes âmbitos do conhecimento, foi um projeto com ampla adesão por parte das comunidades.

As questões ambientais são emergenciais, nas últimas décadas assistimos a mudanças globais ambientais de origem antrópica que sinalizam uma modificação da estabilidade da vida no planeta como a conhecemos. Como enfatizado por Chomsky (2020) as questões ambientais podem colocar em jogo a relativa estabilidade atingida pela humanidade e a sustentabilidade deve ser algo almejado em todo âmbito do viver humano.

A revisão sobre o projeto reforça que a educação no campo deve transcender a formalidade e deve, principalmente, exaltar os saberes tradicionais, para que essas comunidades tenham as suas culturas respeitadas e preservadas. As comunidades tradicionais possuem culturalmente um apreço mais evidente pelo meio ambiente que as comunidades pertencentes à cultura hegemônica global, essa característica faz com que as atividades de educação ambiental e a promoção da sustentabilidade, de maneira geral, nestes locais sejam ainda mais diretas e evidentes.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA. (2020). História. Recuperado de: <http://www.capa.org.br/page/historia/>.

Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA. (2010). *Revelando os Quilombos no Sul: Um novo olhar no diálogo e convivência com as diversas culturas que compõem o mosaico da agricultura familiar brasileira*. Recuperado de: https://capa.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Revelando_os_Quilombos_no_Sul.pdf.

Chomsky, N. (2020). *Internacionalismo ou extinção*. São Paulo, SP: Planeta.

Decreto n. 4.887. (2003, 20 de novembro). *Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Brasília, DF: Presidência da República.

Deleuze, G. (1990). *¿Qué es un dispositivo?. Michel foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa.

Dias, A. A. S., & Oliveira Dias, M. A. (2017). Educação ambiental. *Revista de Direitos Difusos*, 68(2), 161-178.

Dias, N., Pollnow, G. E., Bonow, R. C., Mayer, F. A., Kuhn, M. S., & Cardoso, Z. (2022). Soberania e segurança alimentar e nutricional e geração de renda nas Comunidades Kilombolas: o caso da Feira Akotirene em Pelotas, Rio Grande do Sul. *Cadernos de Agroecologia*, 17(3), s./p.

Freire, P. (2007). *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Fundação Cultural Palmares (2021). *Informações Quilombolas*. Recuperado de: https://www.palmares.gov.br/?page_id=52126.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2021). *Comunidades Quilombolas. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. 2021. Recuperado de: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/comunidades-quilombolas>.

Haerter, L. (2012). A categoria "território" como elemento de autodescrição étnica. *identidade!*, 17(1), 43-65.

Kuhn, M. S., Mayer, F. A., Bonow, R. C., Pollnow, G. E., & Neutzling, C. (2022). Produção de alimentos e qualidade de vida em comunidades quilombolas: um resgate cultural com construção coletiva. *Cadernos de Agroecologia*, 17(3), s./p.

Loch, P., Salzer, E., & Nardi, A. C. (2018). A influência do núcleo do centro de apoio e promoção da agroecologia (CAPA) Marechal Cândido Rondon no desenvolvimento agroecológico da região oeste do Paraná. *Revista GeoPantanal*, 13(24), 215-232.

Loureiro, C. F. B. (2007). Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In Mello, S. S., & Trajber, R. (Org). *Conceitos e práticas em educação ambiental na escola* (pp. 66-71). Brasília, DF: Ministério da Educação.

Marinho, P. A. S., & Gonçalves, H. S. (2016). Práticas de empoderamento feminino na América Latina. *Revista de Estudos Sociais*, (56), 80-90. <https://doi.org/10.7440/res56.2016.06>

Miranda, S. A., & Silva, J. F. R. (2020). Docência nas fronteiras: quilombo, raça e gênero. *Formação Docente–Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, 12(24), 39-52. <https://doi.org/10.31639/rbpf.v12i24.348>

Moura, A. F., & Lima, M. G. (2014). A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. Universidade Federal da Paraíba. *Revista Temas em Educação*, 23(1), 95. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e14765>

Moura Negromonte, R. F., & Silva, M. F. G. (2023) Povos Campesinos: caminhos para a democratização de acesso à educação. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 8, e14765-e14765. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e14765>

Prefeitura de Pelotas (2021). Prefeitura apoia Feira agroecológica da Comunidade Quilombola. Pelotas: Prefeitura de Pelotas. Recuperado de: <https://www.pelotas.com.br/noticia/prefeitura-apoia-feira-agroecologica-da-comunidade-quilombola>.

Programa Nacional de Educação Ambiental-PRONEA (2005). Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente.

Reigota, M. (1995). *Meio Ambiente e Representação Social*. São Paulo: Cortez.

Reigota, M. (2002). *A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna*. São Paulo: Cortez.

Reigota, M. (2017). *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense.

Sato, M., & Carvalho, I. (2009). *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed.

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. Comunidades quilombolas da zona sul realizam primeira feira agroecológica em Pelotas. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Recuperado de: <https://seapi.rs.gov.br/comunidades-quilombolas-da-zona-sul-realizam-primeira-feira-agroecologica-em-pelotas>.

Schneider, M., Krone, E. E., & Menasche, R. (2016). De Morenos e Alemães-Batata a Quilombolas e Pomeranos: reflexões acerca de marcadores identitários e políticas pública. *Revista Antropolítica*, (41), 267-294. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2016.0i41.a495>

Soares Neto, J., Feitosa, R. A., & Cerqueira, G. S. (2019). Contribuições de Marcos Reigota e de Paulo Freire à Práxis Pedagógica na Perspectiva da Educação Ambiental Crítica. *Educação Ambiental em Ação*, 69(1), 1-17.

Sousa, M. L. J. & Machado, I. F. (2018). Educação do Campo, Ensino Médio e juventude camponesa: conceitos em construção. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 3(2), 578-595. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2p578>

Trein, E. S. (2012). A educação ambiental crítica: crítica de quê?. *Revista Contemporânea de Educação*, 7(14), 304-318.

Vanderlinde, T. (2014). Mediação do CAPA entre Comunidades Quilombolas. *Geográfica*, 139-153.

Ventura, G., & Sousa, I. C. F. (2010). Refletindo sobre a relação entre natureza humana, valores capitalistas e a crise ambiental: contribuições para a promoção da Educação Ambiental crítica. *Ambiente & Educação*, 15(1), 13-34.

Nota ao Editor

O presente estudo foi apresentado, em uma versão simplificada em todas as seções do texto e com um título diferente em relação à atual versão apresentada à revista, como trabalho completo no evento 14º Encontros e Diálogos com a Educação Ambiental (EDEA) da FURG.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 28/09/2022
Aprovado em: 26/08/2023
Publicado em: 16/12/2023

Received on September 28th, 2022
Accepted on August 26th, 2023
Published on December, 16th, 2023

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

CAPES.

Funding

CAPES.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA
Leon, O. M. M., Sanchez, K. F., Costa, M. M., Leandro, D., Bolzan, L. M., & Mayer, F. A. (2023). *Educação Ambiental em*

Comunidades Tradicionais Rurais da Região Sul do Rio Grande do Sul. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 8, e14924. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14924>

ABNT

LEON, O. M. M.; SANCHEZ, K. F.; COSTA, M. M.; LEANDRO, D.; BOLZAN, L. M.; MAYER, F. A. Educação Ambiental nos Quilombos Rurais da Região Sul do Rio Grande do Sul. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 8, e14924, 2023. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14924>